



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº 003/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2024

OBJETO: Assessoria, acompanhamento, manutenção e suporte da plataforma de conteúdo (sítio de internet) visando o atendimento das leis nº 12.527/11, 13.709/18 e decreto estadual nº 59.161/2013, e alterações posteriores realizando o acompanhamento contínuo das recomendações do TCE/SP e do MP quanto às boas práticas da transparência, necessárias para melhor adequar o website às necessidades desta casa de leis.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

CONTRATADA: LUIZ CARLOS AGUIAR GUIMARAES

MODALIDADE: A presente solicitação fundamenta-se na possibilidade por dispensa de licitação, conforme disposto no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Na qualidade de **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, respectivamente, do contrato acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, cujo tramite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico, podendo ter acesso processo, tendo em vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por **CIENTES** e **NOTIFICADOS** para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final a sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que além de disponíveis no processo eletrônico e as informações cadastrais no modulo eletrônico do TCESP-CadTCESP, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, 25 de novembro de 2024.

Assinam o presente Termo como autoridade máxima do Órgão/Entidade, bem como responsável pela homologação e Ordenador de Despesa, por parte do CONTRATANTE o Sr. Presidente nomeado, logo abaixo e Representante CONTRATADO:

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

Nome e Cargo: Vereador Romilson Nascimento Silva – Presidente

Assinatura

CONTRATADA: LUIZ CARLOS AGUIAR GUIMARAES

Nome e Cargo: Luiz Carlos Aguiar Guimarães – Representante Legal.

Assinatura

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)
Última atualização em 28 Novembro 2024, 10:49:41



Status: Assinado

Documento: 30. TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO.Pdf

Número: 47b373df-58c6-482b-b44e-0af14e2537e0

Data da criação: 28 Novembro 2024, 10:47:18

Hash do documento original (SHA256): a6d18f3a545fecc689e70c2f711c887619725dd646d3eef4bb6acad5c7a4a326



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

Assinado via ZapSign by Truora

LUIZ AGUIAR

Data e hora da assinatura: 28 Novembro 2024, 10:49:41
Token: 1a3e4932-3d46-40f2-bbb9-19f7333d102c

Assinatura



Luiz Aguiar

Pontos de autenticação:

Telefone: + 5519982026592
E-mail: contato@intelecto.solutions

IP: 186.209.63.161
Dispositivo: Mozilla/5.0 (Macintosh; Intel Mac OS X 10_15_7)
AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/131.0.0.0 Safari/537.36

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 47b373df-58c6-482b-b44e-0af14e2537e0, segundo os Termos de Uso da ZapSign, disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 47b373df-58c6-482b-b44e-0af14e2537e0. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.